

## A FAMÍLIA NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA PROBLEMAS E INFLUÊNCIAS RECÍPROCAS\*

*Maria Olívia Dias\*\**

*Este artigo propõe uma avaliação centrada na relação de interdependência entre família e sociedade, no sentido de uma exploração das mudanças e orientações que a família transporta para a sociedade e, vice-versa, a sociedade para a família. Assim, vemos as características das mudanças em relação às instituições; analisam-se as influências recíprocas entre sociedade e família e concluímos com uma análise da transição e perspectivas futuras.*

**Palavras-chave:** Sociedade, família, mudança, dinâmica.

### INTRODUÇÃO

A família, segundo Beltrão (1989: 17), vem considerada como sendo um “grupo social no qual os membros coabitam unidos por uma complexidade muito ampla de relações interpessoais, com uma residência comum, colaboração económica e no âmbito deste grupo existe a função da reprodução”.

Deste modo, e segundo esta visão, a família é considerada como sendo o primeiro grupo humano organizado e como unidade-base da sociedade. Daí a importância que no passado e no presente se tem dado à família e às mudanças que a têm caracterizado na sua estrutura, nas relações dentro e fora dela, com influências recíprocas na mudança (Anshen, 1967). Procuram

---

\*\* Docente do Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social do Pólo de Viseu da Universidade Católica Portuguesa.

encontrar-se explicações para as novas concepções do grupo familiar (Ardigó, 1976), atribuindo-as às mudanças sociais.

Evidentemente que a evolução e a mudança que caracterizaram de modo significativo o mundo actual não exclui a família (Moore, 1967: 2). Embora considerada uma das instituições mais persistentes no tempo, a mudança social reflecte-se amplamente na família, arrastando-a desde os processos da industrialização e urbanização (Saraceno, 1976) para novas realidades<sup>1</sup>, às quais tem procurado adaptar-se. Porém, e dada a visibilidade que a família assume na sociedade, também esta procura ajustar as instituições às exigências e necessidades da família.

Face a estas condições não se pode falar de influências unívocas, mas sim recíprocas, entre a família e a sociedade.

Deste modo, far-se-á, neste artigo, uma leitura tão objectiva quanto possível, pois de modo algum se procurará o “culpado” destas mudanças, mas é nossa intenção ficarmos com uma imagem do tipo de presença existente entre a família e a sociedade, mais a nível de significados e menos de racionalidade e de lógica em absoluto.

Assim sendo, num primeiro ponto veremos, ainda que sumariamente, as características da mudança e a reciprocidade em relação às simples instituições; no segundo, analisaremos a influência da família na sociedade; no terceiro, a influência da sociedade na família e, finalmente, concluímos com a actual situação de transição e a problemática de possíveis perspectivas para o futuro.

## 1. CARACTERÍSTICAS DA MUDANÇA E RECIPROCIDADE EM RELAÇÃO ÀS SIMPLES INSTITUIÇÕES

A viagem longínqua, feita sobretudo até meados do séc. XVIII, não nos deixa dúvida que houve desenvolvimento, que se evoluiu, que houve mudanças muito significativas na sociedade. Esta mudança, que se caracteriza por uma série de componentes indicativas, tornam-na específica e distinguem-na de outras que se realizaram noutros períodos mais distantes na história.

Esta percepção leva a que se faça referência a todos os aspectos da vida social, considerados globalmente, individualizando as simples situações e os diversos níveis em que acontece a mudança.

É evidente que a velocidade imprimida à mudança está ligada aos diversos factores económicos, sociais, culturais e tecnológicos. Por isso, verifica-se um ritmo frenético e agitado, produzindo um fenómeno global e complexo.

#### Características da mudança

Para se entender esta aceção, da natureza e da dinâmica da mudança, convirá singularizar algumas características mais evidentes do fenómeno e que são: os níveis da mudança, o ritmo e a grandeza ou extensão da mudança (Moore, 1967: 2 e ss).

Os níveis da mudança sugerem-nos que façamos referência às componentes da vida social. Estas tornam-se evidentes no aspecto relacional, a nível bilateral ou multilateral – relação entre dois indivíduos ou grupos –, até às relações entre as sociedades globais. No aspecto socioeconómico dá-se a passagem da evolução dos processos produtivos tradicionais ou clássicos, aos novos e dependentes do desenvolvimento tecnológico actual. No aspecto sociocultural temos a presença de novos valores relacionados com os processos culturais da inculturação, aculturação, desculturação e socialização. De referir ainda uma nova concepção da vida, da organização social e das organizações em geral, uma nova visão da comunicação social e um crescimento dos mesmos meios.

Outras manifestações no aspecto cultural mas de menos visibilidade são: o tempo livre e o uso respectivo, todas as formas de evolução ou ocupação diferenciada dos tempos, tendo em conta as diferentes culturas e sociedades.

Quanto ao ritmo da mudança, salienta-se que as manifestações das mudanças apontadas, além da variedade dos seus aspectos, referem-se à velocidade com que acontecem. O ritmo obriga a adaptações rápidas e contínuas, tornando- -se irreversível e por vezes incalculável, advertindo os mais distraídos para a abertura à mudança.

Tudo isto se deve à rapidez e à multiplicidade dos aspectos inseridos nessas manifestações, mas também à pressão que resulta da cumulatividade, em virtude da sua presença em tais mudanças.

A mudança num determinado aspecto torna-se factor de desenvolvimento da difusão de novas ideias e concepções, que podem ser políticas e religiosas com influência na sociedade e em particular nas pessoas, nos grupos dos *media* e nas organizações, tornando-se ora positivos ora negativos para o conjunto global da sociedade.

De referir ainda que uma mudança nos aspectos sociais, culturais e tecnológicos influencia no intercâmbio que, ocorrendo de modo mais rápido, se torna também mais complexo entre as pessoas e os povos.

Finalmente, a amplitude da mudança. Esta situa-se na complexidade de tais manifestações que apresentam uma visão de conjunto que nos mostra a mudança, como uma realidade extensa e omnipresente, que os cientistas classificam frequentemente, em relação à nossa época, de transição social e cultural.

## 1.2. Reciprocidade da mudança em geral e relação com as simples instituições

A mudança global é normalmente vista como a resultante das simples mudanças nas instituições, bem como nos aspectos particulares e minuciosos da vida social. De facto, a mudança geral, por si só, não existiria como realidade significativa se não fosse a síntese que deriva das simples realidades que mudam.

Concebida deste modo, a mudança configura-se como o clima e o *habitat* ou factor geral da mudança das simples realidades sociais. Estabelece-se, assim, uma contínua e estreita interacção recíproca entre a mudança global e as simples instituições.

Aliás, não faltam exemplos de como estas mudanças se reflectem quotidianamente nas pessoas, nas instituições e na sociedade. De salientar, a mudança na vida democrática de um país, na actuação das simples leis que caracterizam a evolução de uma sociedade. Mudança que favorece certos acontecimentos particulares, que caracterizam num modo novo e diferente a mudança social. Mudança como factor de evolução tecnológica das comunicações, presença e uso de mensagens de comunicação que influenciam a mudança.

Mudança social e novas percepções, da pessoa, que influenciam nas relações interpessoais, nas relações familiares, no grupo, modalidades específicas de se realizarem estes vários fenómenos sociais na mudança em geral.

Poder-se-iam multiplicar os exemplos, tornando ainda mais plausível o princípio da reciprocidade e influência, mas parece-nos que, para o desenvolvimento que neste domínio queremos dar à relação entre a mudança social e instituição familiar, aqueles sejam suficientes como premissa.

## 2. INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA SOCIEDADE

A família tem merecido uma constante centralização na vida da sociedade. As várias propostas objectivas, assim como a dinâmica da própria família procura dar à sociedade instrumentos que são pertinentes para remover obstáculos, dificuldades institucionais que muitas vezes se opõem ao progresso, ao desenvolvimento e à realização plena e concreta da vida familiar.

Assim, a sociedade não pode fugir à sua responsabilidade. A família exige e estimula o dever e a obrigação que a sociedade tem para consigo. A família sofreu as mudanças da sociedade, procurando adaptar-se e estruturar-se em função das novas realidades, novos problemas. Mas, efectivamente, a

sociedade procurou estruturar e adaptar as suas funções, respondendo às novas realidades tanto estruturais como funcionais da família.

Falamos assim de dois tipos de influência da família na sociedade: influência no sentido finalístico e influência no sentido operativo<sup>2</sup>.

### **2.1. Influência no sentido finalístico**

A família influencia enquanto propõe objectivos e finalidades às várias instituições. A família interessa-se pelas escolhas específicas e inovadoras dos agentes institucionais que têm influência social em função do progresso, bem como da sua estabilidade, embora tendo em conta a ideologia presente nos diferentes contextos sociais.

Para entendermos melhor este fenómeno será conveniente apresentar, embora sumariamente, alguns exemplos e ficarmos com uma ideia mais clara e objectiva da realidade.

Sendo assim, falamos do empenhamento nas escolhas económicas; de escolhas no âmbito da comunicação social; na programação e actuação de leis e prescrições sociais; no planeamento de projectos urbanísticos que contribuam para melhorar as condições de vida da família.

Em relação ao empenhamento e às escolhas económicas, estas são destinadas ao bem-estar e funcionamento da família. A economia de uma sociedade não pode pôr em questão os direitos de uma família viver dignamente. A família tem direito a ter pelo menos os bens primários para sobreviver e possuir a sua estabilidade, não só económica, mas também emocional e psicológica (Almeida e Guerreiro, 1993: *passim*).

A harmonia familiar passa por uma alimentação suficiente e saudável, uma boa educação e alojamento condigno para o agregado familiar.

É a partir destes factores que a família intervém na economia da sociedade, para que esta, através de uma aplicação correcta das suas riquezas, satisfaça com orçamentos capazes as suas necessidades e possa servir o seu desenvolvimento e promoção económica, numa linha mais justa, mais igualitária e mais humana.

Em relação às escolhas no âmbito da comunicação social, pode evidenciar-se fundamentalmente o contributo para modificar a mentalidade da opinião pública, mas é necessário que seja favorável em relação aos valores mais fortes da família.

Às comunicações, como programas de rádio, televisão, cinema, etc., a família não fica alheia e impávida, tendo mesmo o direito e a obrigação de seleccionar o que mais dignamente a enriquece e a torna feliz, neste campo<sup>3</sup>.

Sendo assim, a família tem um importante papel a desempenhar na elaboração e programação que a sociedade lhe oferece.

Na realidade, a comunicação social, com todos os seus aspectos, predominantemente familiares, pedagógicos, ocasionais, bem como com as modalidades ligadas à complexidade da vida social e às componentes que dela fazem parte, deve adequar-se aos interesses da família.

Uma das vias possíveis, para esta acção da família, poderá consistir na busca em compreender melhor os programas que maior atractividade exercem da parte daqueles que se deseja atrair. Daí que a família se deva interessar face a programas que a dignifiquem e não sirvam para a sua destruição.

Também deve reconhecer-se que a família deve exercer a sua acção, revelando-se descontente com programas desfavoráveis à sua realização. Por conseguinte, deverá repudiar esses programas e contribuir para a programação e elaboração daqueles que transpareçam pela positiva e respondam às suas aspirações fundamentais. De facto, o contributo da família na mudança é importante, na defesa dos valores que lhe são peculiares.

Por outro lado, é fundamental que a programação e actuação de leis e prescrições sociais determinem perspectivas que tornem a instituição actual mais válida e capaz de se colocar em condições de desempenhar a finalidade natural e sociocultural, realizando os seus objectivos e prestando um bom serviço à família.

A sociedade deve planear e programar projectos urbanísticos, relacionados com habitações e casas que sirvam à família, que se encontrem predispostas e sejam construídas de modo a responderem às condições e exigências de uma boa convivência familiar<sup>4</sup>.

Finalmente, devem também ser criadas áreas verdes, espaços para o uso de tempos livres para crianças, jovens, adultos e idosos, principalmente porque hoje fazem parte essencial do funcionamento e adaptação da família às novas situações estruturais e funcionais nas quais se encontra. Sabemos como é importante que a família se interesse pela criação e pela manutenção destes espaços, sobretudo nas grandes cidades, onde são normalmente reduzidos. A família tem neste campo um papel que lhe é atribuído e que ninguém a pode substituir; à família cabe escolher.

## **2.2. Influência no sentido operativo**

O significado do sentido operativo prende-se com o facto da família poder sugerir à sociedade instrumentos de mudança. A família não só dirige

as próprias escolhas sociais e legislativas, mas determina operacionalmente a adaptação e o funcionamento das diversas instituições sociais.

Encontramos exemplos onde a família exerce a sua acção: nas escolas, a diversos níveis; na empresa económica; na produção dos bens que melhor satisfaçam as suas necessidades; nos vários serviços ou organismos públicos ou privados; nas instituições que têm funções sociais ou outras.

Já a partir dos jardins de infância, até às escolas mais avançadas, a família desempenha um papel influenciador muito importante. Efectivamente, aquela tem uma participação activa e cada vez maior, na vida organizacional destas instituições.

É geralmente nas escolas que são transmitidos valores, normas, atitudes e comportamentos, aos quais a família é sensível. De facto, a escola é o agente social de transmissão mais directo, onde os jovens interiorizam e fazem as suas escolhas pessoais, os seus juízos e decidem muito sobre aquilo que a família hoje não é capaz de lhes dar. Os espaços e o tempo que aqueles passam na família é reduzido<sup>5</sup> e, por isso, passam mais tempo nas instituições que na família.

Consequentemente, os valores e comportamentos que os jovens adquirem através dos conhecimentos obtidos na escola podem ser bons ou maus, suficientes ou não. No entanto, serão estes princípios que, de uma forma subtil, de muito cedo, governarão a sua vida adulta e familiar.

É conhecida a função executiva da família na escola. A família actual está profundamente envolvida na organização educacional dos seus filhos. No entanto e embora conserve uma posição central, viu diminuir a própria importância na educação dos seus membros em detrimento da escola.

Por vezes, o papel institucional da escola é deficientíssimo e, por isso, é de grande importância salientar a função operacional no interesse, no apoio, na dinâmica que a família dá a esta instituição. É ela que frequentemente altera o quadro educativo não só estrutural, mas também funcional.

Um outro domínio é a influência no sistema produtivo. A família determina a natureza e a qualidade daquilo que consome. Isto refere-se não apenas aos produtos alimentares, mas também a outras indústrias como, por exemplo, o vestuário ou outros bens que permitam melhores condições de vida às famílias.

De facto, a família participa na produção e faz com que tenhamos nas sociedades uma forte concorrência, quer industrial, quer comercial. A família escolhe aquilo que quer consumir e, por isso, a empresa industrial tem de se adequar às exigências que a família lhe solicita.

Mas, a família exerce também influência na qualidade dos vários serviços. A actividade promovida nas instituições é de suma importância. Por exemplo, salientam-se as manifestações de insatisfação nos serviços

públicos, nos hospitais, nas instituições religiosas, em todo o tipo de organização que tenha como objectivo o bem-estar familiar e social.

No sistema actual de saúde, existe uma relação institucional que envolve a família nas atitudes ligadas à saúde e à doença dos seus membros. Esta relação é importante para o equilíbrio físico, psicológico e moral do doente. Normalmente, o doente comunica com mais facilidade com a família do que com a equipa de saúde, até porque a família também o conhece melhor, sendo uma peça fundamental que actua como intermediária entre o doente e a própria instituição. Segundo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), a família faz parte da equipa de saúde. Por vezes obtêm-se resultados mais eficazes e válidos, porque pode haver uma actuação mais correcta.

Esta intervenção da família faz com que a instituição familiar se estruture e desempenhe as suas funções num modo mais eficaz e eficiente. Portanto, a família faz com que se operem alterações, quando não responde às funções e aos objectivos para que foi criada.

Por um lado, a família tem também a sua influência em organizações, como sejam, por exemplo: os transportes, os hotéis, festas, religião, etc. Também estas, para responderem às suas funções, terão de se estruturar, organizar e funcionar de modo a que satisfaçam as exigências da família. A vida familiar opera mudanças adaptativas às suas próprias características nestas organizações.

Finalmente, é a família que faz com que a sociedade muitas vezes corresponda aos objectivos daquela, como uma instituição com direitos e deveres, no seu seio. É a família que leva a sociedade em muitos casos a responder a problemas que, de outra forma, seriam bem mais difíceis de resolver e, por vezes, até impossíveis, se não fosse a acção da família. É através dela que se introduzem princípios, valores e mecanismos capazes de alterar a vida social.

De acordo com a sua natureza e finalidades, a família prossegue uma actividade cada vez maior e mais necessária, numa sociedade que em muitos casos se apresenta desfavorável à realização da família. A perda de consciência, de valores humanos e sociais (Almeida *et al.*, 1998), leva a que a família se preocupe com isso e exerça uma acção fundamental e essencial para um melhor funcionamento das instituições sociais nos diversos âmbitos que expusemos.

A intervenção da família na sociedade envolve, assim, um conjunto complexo e multifacetado das funções que executa e que, de certo modo, abrange diversos sectores da vida social.

Esta mudança não é simples nem fácil, tanto mais que a crescente intervenção da família na gestão e na administração da sociedade faz com que as organizações tenham de encontrar muitas vezes estratégias que, à



partida, estavam fora dos seus planos, mas que as obrigam a constantes mudanças. Daí que estas alterações estejam relacionadas mais com uma conotação prática e menos teórica.

Estabelece-se, portanto, a ponte entre as instituições e a sociedade global, tornando-se factor indispensável no desempenho das suas funções. Isto é importante na sua promoção, no progresso e desenvolvimento integral, não só da família como da sociedade nos planos cognitivo, cultural, social e económico, onde realmente se anula a relação unívoca e aparece a relação biunívoca, ou seja, onde se verificam relações recíprocas.

Posto isto, diversos sectores da vida social têm hoje mais do que nunca de discernir aquilo que contribui para a preparação e o bem-estar da família. Devem revelar capacidade e sensibilidade na construção da sociedade que procuram e desejam. Esta será aquilo que as famílias quiserem. Não é a sociedade constituída pelas famílias? Não são as famílias as unidades básicas da construção da sociedade?

### 3. INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE NA FAMÍLIA

O partir para o exame das mudanças que intervieram na família, assim como em qualquer aspecto da vida hodierna, deveu-se sobretudo à constituição da sociedade industrial. É difícil dizer qual das instituições sociais tenha sentido de modo mais evidente esta influência, ou qual sector da vida humana tenha sido o mais profundamente transformado. É certo, porém, que a família, e também as condições de vida dos seus membros, foi radicalmente envolvida nesta transformação (Cruz, 1996).

Passando ao caso concreto e que nos interessa aqui, a sociedade mudou a família e este fenómeno torna-se bem mais visível do que a análise feita no ponto anterior.

À família pertence agora o papel de projectar esta mudança e criar um novo espaço para os seus membros; isto porque elementos estruturais da sociedade produziram e continuam a produzir as suas consequências, trazendo mudanças mais ou menos acentuadas na família, segundo o tipo de organização estrutural da sociedade.

A família resulta, assim, de um conjunto dinâmico e complexo de variáveis estruturais<sup>6</sup> intrafamiliares, mas também de realidades extrafamiliares. Assim, a família, nas suas relações com o contexto sociocultural, passa pela evolução que caracteriza de modo significativo o mundo de hoje. Portanto, não pode ser vista fora deste contexto e desta realidade.

Anshen (1967: 13 e ss.) refere que elementos dinâmicos vão operando amplamente com os processos de industrialização e urbanização,

tornando-se persistentes neste grupo humano organizado que é, como já mencionámos, a base essencial da sociedade.

Todavia, do ponto de vista sociológico, a instituição familiar aparece caracterizada por dois fenómenos particulares: a persistência e a transformação. Elementos que mudam e elementos que persistem (Saraceno, 1976).

Historicamente, a família é um produto da sociedade; portanto, está estreitamente ligada à sua mudança. Assim, como esta se tem produzido através de um processo histórico, como fenómeno complexo, apresenta fases diferentes nos seus aspectos políticos, económicos, sociais e culturais. A família tem vindo, assim, a ser influenciada, mudando simultânea e contemporaneamente a sua estrutura e dinâmica interna e externa.

Por outro lado, vemos que se encontra na sociedade uma pluralidade de tipos ou modelos<sup>7</sup> gerais de família que a representam e a descrevem no seu conjunto, em épocas históricas diferentes.

Estes modelos vão evoluindo e sofrendo alterações que se explicam com um tipo próprio de sociedade pertencente a uma determinada época histórica. Mas, ao mesmo tempo não faltam outras tendências e manifestações concretas que contribuem para tornar cada vez mais complexa a realidade da família (Almeida *et al.*, 1998).

Com base nestes pressupostos, podemos agora mais directamente expor as mudanças que se têm realizado na família, com a evolução e transformação da sociedade e que se prendem com a origem, composição, estrutura e funções, na própria dinâmica interna.

### **3.1. Na génese e composição**

Em todas as culturas, a constituição de uma família foi vista como uma realidade importante, não só no plano individual, mas também no plano social. Daqui deriva uma presença constante de certas experiências antes que nasça a nova família (Beltrão, 1989; AA.VV. 1980).

Nesta origem, sublinham-se, fundamentalmente, os papéis dos protagonistas, o tempo de preparação para a sua constituição, segundo o modelo cultural, o tipo de função que esta deve ter e, por fim, a oficialidade, ou seja, a presença de cerimónias ou ritos conexos (Silva, 1986: 485-494).

Na passagem da sociedade pré-industrial à sociedade industrial, a imagem da família na sua génese resulta profundamente mudada. Na sociedade pré-moderna a família aparecia finalizada para atingir os seguintes objectivos: definição do estatuto social das pessoas, procriação legitimada e socialmente reconhecida por uma relação sexual estável.

Na sociedade moderna, orienta-se sobretudo para a satisfação de necessidades profundas das pessoas. A mesma função procriativa adquire já à partida um novo significado, enquanto é vista não só como serviço ao grupo social, mas como fonte de gratificação e integração, como potencial necessidade emocional mais do que como continuação ou reforço do grupo social (Beltrão, AA.VV., 1974a).

A partir destas ideias, pode dizer-se que a família tem a sua origem no matrimónio<sup>8</sup>. A partir daqui mulher, marido e filhos ou outros parentes, encontram-se ligados entre si por vínculos legais, económicos, parentais, religiosos, direitos e deveres, numa rede de proibições sexuais, segundo o tipo de família, ou de matrimónio realizado e um conjunto variável e diferenciado de sentimentos psicológicos como o amor, o afecto e o respeito.

A este propósito tem sido vivo o debate não só entre os historiadores e os sociólogos, mas em todas as ciências sociais e humanas, sobretudo a Psicologia e a Antropologia, embora por vezes com visões diferentes e relativamente divididas, quanto aos princípios aparentemente divergentes nesse domínio.

Trata-se, obviamente, de oscilações que se prendem com o tipo de modelo e modos de convivência. Na família pré-industrial prevalecia de facto um modelo de família patriarcal ou família extensa alargada<sup>9</sup>, onde os usos e os costumes da origem da família (ou seja o matrimónio que dá origem à família) estavam normalmente dependentes dos pais e da família dos noivos. Eram eles que programavam a constituição da nova família, independentemente dos noivos, que pouca influência tinham nesses preparativos. Eram os pais e a família que dispunham todas as circunstâncias antes do matrimónio (Burgalassi, 1974: 11 e ss, Beltrão, *passim*).

O tempo de noivado era um tempo de relações recíprocas (mas muito limitado), de conhecimento entre os noivos, que muitas vezes estava subordinado a ocasiões que sancionavam as fases principais de toda a preparação (Beltrão, *passim*).

Portanto, compreende-se que as relações na família, inicialmente, se encontrassem no interior da uma componente estrutural bastante rígida, comportando uma divisão de papéis e deveres bastante inflexível e, quase poderíamos dizer, até severa.

No seu interior existia uma forte estratificação que espelhava bem uma sociedade igualmente rígida e estratificada. Com a emergência da sociedade moderna, dão-se mudanças e alterações profundas no domínio da autoridade em relação à origem da família, tornando-a cada vez mais enfraquecida.

Dá-se uma viragem e aparece a família moderna<sup>10</sup>, uma família transformada, onde predomina o modelo de família nuclear (Beltrão, 18;

Good, 1973: 436). A autonomia dos noivos é quase completa, são eles que programam os seus destinos. Substitui a programação parental, o amor romântico torna-se a base do encontro.

A escolha dos dois *partners* pressupõe um projecto económico conjunto para o futuro. Daí que esta família tenha uma origem mais espontânea e mais livre, tendo-se difundido depois da revolução industrial e urbana, com todas as suas fundamentações teóricas ao longo do século XIX e inícios do século XX, o que levou a uma maior consolidação deste novo modelo.

Esta nova realidade compreende-se e é interessante observar que os membros da família possuem uma grande possibilidade de mobilidade social, de modo que as relações que primeiro se confinavam na família têm hoje um campo mais vasto, abrangente e mais rico, em relação a alguns aspectos.

Grosso modo, os quadros nos quais se processa a constituição da família estão essencialmente ligados: à variabilidade da família; ao ciclo de vida; à herança; à escolha do cônjuge; idade do matrimónio (hoje os jovens decidem casar mais tarde); ao papel desempenhado pelos membros da família, ao tempo e ao grau de dependência dos cônjuges. Estes elementos variam de sociedade para sociedade, segundo os usos e costumes, de acordo com o desenvolvimento e a influência social que é mais forte nuns contextos que noutros.

Em relação à composição, a fisionomia da família emerge claramente mudada na passagem da sociedade pré-industrial à sociedade industrial moderna (Beltrão, 41). A composição, ou seja o número dos membros da família, que até então era elevado, viu reduzir substancialmente os seus quantitativos.

Pode afirmar-se que na família tradicional era importante que aquela fosse numerosa. Isto porque, em grande parte, os seus valores não só económicos mas também sociais eram tanto mais conseguidos quanto a família fosse grande. A família “devia” ser numerosa, até porque tinha de prever os efeitos de uma elevada mortalidade infantil e de uma esperança média de vida relativamente baixa (Beltrão, 55).

Assim, justificava-se porque uma prole numerosa era questão de prestígio e de orgulho para a própria família e, sobretudo, para a mulher. De facto, até entre os pobres, cheios de fome, os filhos eram uma riqueza. Assim sendo, quando uma mulher tinha um número elevado de filhos, eram-lhe reconhecidos valores como o respeito e a dignidade. A mulher sentia-se feliz e orgulhosa, por dar à família e à sociedade muitos filhos.

Hoje a família, em consequência do processo da mudança, integra normalmente os cônjuges e de um a três filhos e, raramente, mais de três, com algumas excepções, detectáveis sobretudo em países menos desenvolvidos, onde o número de filhos continua a ser elevado.

### **3.2. Nas funções e nas relações**

Neste contexto, é importante verificar que o estatuto social dos membros da família deriva da sua posição ocupacional e está relacionado, de modo significativo, com qualidades diferentes nas relações e funções conjugais, na relação entre pais e filhos ou com outros familiares. Daí o maior ou menor grau de coesão entre os membros da família (Giddens, 1996).

Embora se verifiquem orientações diversas na identificação e mudança nas funções específicas da família, existe todavia um consenso segundo o qual a família deve desenvolver funções principais e que se verificam em todas as sociedades.

Deste modo, as geralmente mais aceites e relevantes, umas mais frágeis que outras, poderão ser assim definidas: função económica, biológica, protectora e a função educativa e cultural (Beltrão, 19-36). No entanto, o seu número pode variar com a substituição de alguma, exclusão ou inclusão de outras, dependendo do tipo de família (Murdock, 1949: 8, Michael, 1960: 113-135; Martinho, 1981: *passim*).

Estas teorias reforçam a influência da sociedade na mudança da família, evidenciando que o tecido familiar perdeu, em parte, o seu carácter institucional e estrutural prevalente, empobrecendo parte dos seus papéis e, por isso, tornando-se mais frágil e debilitada, quanto ao exercício operacional das funções que lhe são atribuídas.

Por outro lado, acentua-se uma crescente mobilidade social e profissional de tal modo que a família perde o seu papel de estratificação, tornando-se menos sólida, menos rica nas suas relações e até menos eficaz no controlo social sobre o comportamento dos seus membros (Bellenzier, 24-26; Silva, 490-492; Campanini, *passim*). Verifica-se, assim, uma redução nas suas funções.

Analisando sumariamente esta tipologia de funções, até porque são claras e fáceis de observar, recordemos ao menos as características em função da operacionalidade de cada uma. São elas que colocam a família numa participação activa no mundo que a rodeia e a confinam a um espaço mais alargado, à medida que a sociedade vai determinando uma profunda mudança na sua dimensão, nas relações intra e extrafamiliares, revestindo sinais evidentes de ruptura e de adaptação às novas situações familiares e sociais.

No desenrolar desta situação, cada função apresenta novas evidências e aponta novos horizontes que se tornam realidade. Sendo assim, a função económica fica limitada ao consumo e menos à produção, à preparação das novas gerações, em ordem a uma profissão. A família actual já não produz o que consome, como acontecia na família tradicional.

A função biológica<sup>11</sup> caracteriza-se pela tendência à redução do número

de filhos, acentua-se segundo o princípio da paternidade e maternidade responsável (Beltrão, 55-72), quer seguindo indicações da Igreja ou de outras instituições com perspectivas diferentes<sup>12</sup>.

Em relação à função protectora, que pertencia quase exclusivamente à família, hoje pertence às organizações. Daí que, à distância, o reduzido número de “presenças humanas” traduz-se, na família moderna, num reduzido número de “experiências humanas”.

Ressalta, acima de tudo, que o nascimento, o desenvolvimento e os momentos que o caracterizam, a velhice, a doença, a dor, o sofrimento, a morte, etc., distanciam-se da família e são entregues a agências especializadas, que não desempenham um contributo humano como vinha sendo dado pela família (Campanini, 1970: cap. V-VI).

A família encontra ajuda e apoio nas organizações, mas também competidores (escolas, jardins de infância, lares de idosos, etc.), que põem em causa, segundo Parsons e Bales (1974: 35-131), a socialização da criança, do jovem e a formação permanente do adulto ou do idoso<sup>13</sup>.

No plano educativo, a família actual tem menos tempo para se dedicar aos seus membros, sobretudo aos cuidados da educação dos seus filhos. Material e psicologicamente, a mulher tem menos tempo, em certa medida, devido ao afastamento de casa para desenvolver um trabalho profissional, passando a reduzir a sua função educativa<sup>14</sup>.

Por seu turno, a função cultural é determinada essencialmente por ideias e valores que vão sendo expostos através dos meios de comunicação social, no plano da informação e dos condicionalismos (rádio, jornais, televisão e outros), na escola, em culturas por vezes contrastantes (como, por exemplo, através da mobilidade migratória ou emigratória), bem como noutros organismos com capacidade para contestar ou disputar a cultura tradicional, a ponto do controle social e da integração se tornarem mais difíceis<sup>15</sup>.

Finalmente, cita-se ainda o papel e a função religiosa que decorria mais ou menos conforme as sociedades, como factor de garantia, sobretudo nalgumas qualidades do matrimónio e da dinâmica familiar, o que parecia contribuir para a estabilidade da família. Neste sentido, a religião era interpretada como elemento conciliador da vida estável da família.

A estabilidade vinha interiorizada como uma norma e, por isso, com grande significado na conciliação da vida familiar. Actualmente, a religião é quase secundária, quer nos quadros que orientam as escolhas matrimoniais, quer na limitação dos nascimentos, divórcios, abortos e até o momento tradicionalmente religioso do nascimento de um filho e do casamento são laicizados (AA. VV., 1974a: 224-227).

Não obstante todos os tempos conhecerem mudanças, os membros da família encontram-se à procura da sua “identidade”, para poderem viver de

modo mais significativo as suas relações e esbater ou anular os limites que impedem desregradamente o sentido do viver em família. É por isso que a família continua a ser chamada a responder a tal exigência, reconhecendo-se que é ela o primeiro lugar de socialização e transmissão de valores e nenhuma instituição, por mais perfeita que seja, a pode substituir.

A partir daqui, vale a pena referir que a sociedade actual, pela sua índole própria, aparece marcada por grandes repercussões na evolução estrutural e na dinâmica da família.

### **3.3. Nas tendências actuais**

Como se salientou, decorre da dinâmica da sociedade, uma das referências fundamentais, a compreensão e o entendimento das mudanças produzidas na família, podendo embora assumir contornos diferenciados, em função dos contextos sociais onde se insere.

Portanto, enquadrado numa teoria social da família, poderíamos perguntar: será que esta evolução terminou? Como foi referido, o modelo tradicional que substancialmente acentua as funções essenciais da instituição familiar viu-se modificado no modelo nuclear, em consequência da mudança social.

Com efeito, particularmente associado a esta problemática, reconhece-se que o modelo actual contém germens que podem continuar a pôr em perigo a mesma família e que se encontram nos conceitos: instabilidade, separação, especialização exasperada dos deveres e dos factores a eles ligados e a permissividade como consequência de uma concepção materialista que a sociedade lhe foi impondo (Leslie, 1967: 625 e ss), trazendo problemas no equilíbrio geral da família (além dos que já citámos, a droga, o álcool, a delinquência, etc.), que a colocam numa crise de recuperação<sup>16</sup>.

Em relação à instabilidade, as estatísticas são eloquentes e, segundo as teorias sociais (Leslie, Campanini, citados), o fenómeno encontra-se quase em todo o mundo. Desde que o divórcio é introduzido num país, os casos de ruptura do vínculo matrimonial aumentam.

Hoje, valorizam-se as funções pessoais e, por isso, explica-se em parte a instabilidade do matrimónio (Donati, 1972: *passim*). É por isso que, geralmente, quando se fala de instabilidade conflituosa, pensa-se logo no divórcio que, porém, não designa a causa, mas o efeito de tal instabilidade de base. O mesmo divórcio, sendo de ordem jurídica, entra no aspecto institucional da família. Parece, no entanto, superado, na medida em que nas novas gerações se estão dfundindo as livres convivências, por norma a rejeitar qualquer tipo de consagração formal e jurídica de uma relação que se

pensa ter fundamento, enquanto baseado num sentimento de amor e na esperança mais completa e possível dos cônjuges.

A influência da sociedade insere-se também no aparecimento destas novas manifestações, surgindo de modo oposto ao tipo de família existente e com tendências ainda mais complexas e instáveis. Enfaticamente contrastam com o modelo de família nuclear institucionalizado. Com efeito, a sociedade contribuiu para que a instituição familiar tivesse agora de enfrentar novos modos de viver, com problemas ainda mais graves.

Aparecem-nos, deste modo, as chamadas “uniões livres”, as quais se poderão apresentar de diversas formas. As mais comuns são: as “uniões de facto”, as “uniões livres” e as “uniões abertas ou comunitárias” (Francescata, 1974).

Na sociedade moderna verifica-se cada vez mais um aumento de matrimónios de facto, isto é, a convivência entre homens e mulheres, sem que tenha existido algum contrato matrimonial (Roussel e Bourguignon, 1978: 99-144 e 155-160). É uma convivência sem estabilidade, flutuante, quase um matrimónio de prova, do qual são protagonistas os jovens de hoje. A duração é variável, de poucos meses a anos, em especial quando falta a perspectiva económica. As cerimónias preparatórias quase desaparecem.

Roussel, citando Burgess (1974: 217-240), descrevia este fenómeno com a seguinte expressão: “instituição de *companionship*”. De facto, verifica-se uma diminuição dos matrimónios em favor deste, mas dificilmente quantificados. Outras profecias neste sentido se têm verificado (Beltrão, 207-208).

Os protagonistas de tais experiências podem depois contrair matrimónio legal ou interromperem completamente o matrimónio de prova.

Nas “uniões livres”, além das características anteriores, verifica-se a não existência da ideia de matrimónio estável, se bem que depois possa surgir o projecto, que pode ser só civil ou civil e religioso, mas que, inicialmente, não faz parte das perspectivas destas uniões.

Mas, também, neste tipo de uniões, o controle dos nascimentos se torna mais forte que nos das anteriores. Põem a ênfase na auto-realização individual e, por isso, acentuam os elementos autónomos da organização familiar na vida quotidiana (Donati, <sup>2</sup>1972: 298).

Este tipo é particularmente característico nas zonas urbanas, onde a difusão e os contactos com um sistema complexo de desenvolvimento e experiências abre caminhos e facilita tal comportamento<sup>17</sup>.

As “uniões abertas ou comunitárias” caracterizam-se pela convivência de vários homens e mulheres que vivem junto sob o mesmo tecto. Este fenómeno apareceu nos Estados Unidos nos inícios do séc. XVIII e foi-se consolidando, adquirindo particular importância nas sociedades modernas, não só nesse país, mas em todo o mundo mais desenvolvido.



Distinguem-se dois tipos fundamentais: as comunidades microcosmo e as comunidades urbanas familiares. Tanto umas como as outras são vistas no âmbito da contracultura e da crise da família nuclear.

A comunidade microcosmo envolve todos os aspectos da vida quotidiana, destacando-se a organização do trabalho, as relações interpessoais, o ideal de integração entre as esferas privadas e públicas. Tendem a favorecer a transição de um sistema coercivo, como o actual, baseado em estruturas hierárquicas rígidas e competitivas, fundado em adesões espontâneas e em estruturas, tanto quanto possível, iguais.

As comunidades urbanas familiares não se propõem criar comunidades perfeitamente distintas do tecido social, mas tendem a constituir uma organização da vida quotidiana diversa, libertando a mulher do papel exclusivo de dona de casa, permitindo assim que ela contribua de igual modo para trabalho produtivo e doméstico.

Na realidade, este tipo de “união” é um fenómeno raro que pode estar ligado a ideologias particulares. Todavia, onde se encontra, tem repercussões notáveis nos confrontos da instituição familiar (Francescata, 1974: *passim*).

São estas novas tendências, no entender de Beltrão (cit.: 204-208), que induzem alguns estudiosos, para além de uma válida extrapolação dos dados, a falar de “morte da família”. No entanto, nota-se uma tendência abstracta, nesta hipótese, não verificada no plano quantitativo, o que leva muitos outros autores a atribuir-lhe pouco significado (Cooper, 1972: *passim*). Daí que hoje sejam poucos os que continuam a falar da morte da família<sup>18</sup>.

Desta longa descrição podemos concluir que a mudança na génese, composição, funções e na sua dinâmica foi substancialmente verificada. Porém, não podemos esquecer que se mantêm as bases que garantem a unidade e a continuidade como instituição familiar (Good, 1973: 432). Praticamente, as componentes estruturais e as funções não desaparecem com a influência das mudanças na sociedade, mas apenas enfraquecem ou modificam, reduzindo as suas capacidades.

Face a este quadro, várias são as previsões, em sentido lato, para o futuro da família. As mais radicais falam de um total desaparecimento; os que prevêem fixar-se na forma nuclear; os que não excluem o reaparecimento das estruturas da família alargada; ou, ainda, permanecendo uma certa situação de fluidez estrutural, com elementos ou expressões do tipo *companionship*.

Nenhuma destas considerações permite prever o que acontecerá. Mas, perante a insegurança e os inegáveis aspectos negativos que apresenta a convivência familiar, continua a reacção mais fácil, mais difusa, a do pessimismo, para logo depois se procurar encontrar quem tem a culpa de tal situação. Pergunta-se a quem atribuir a responsabilidade: se à sociedade ou se encontrar também outros factores que tenham contribuído para tornar cada

vez mais complexa e problemática a mudança familiar.

Mas, a família não é do passado, a família foi do passado, é do presente e será do futuro, mesmo que paralelamente tenha de suportar as crises sociais que, por vezes, a têm desgastado (Almeida e Guerreiro, 1993).

Refira-se, portanto, que esta condição é o resultado, ou consequência, do próprio processo e dinâmica social, reflectindo as mudanças tanto nas estruturas como nas relações que definem a família.

## CONCLUSÃO

Estamos conscientes que muito ficou por dizer sobre a influência da família na sociedade<sup>19</sup> e da sociedade na família. Toda esta análise não passa de um esboço sobre uma realidade que está em constante evolução, mas muito complexa.

No entanto, podemos tirar certas ilações do passado e algumas perspectivas exploratórias para o futuro, situando a questão no que mais comumente é aceite pelas pessoas, de modo particular, e, pelas sociedades, em geral.

Posto isto, das observações anteriormente efectuadas, podemos realçar que, nas sociedades pré-industriais, a família possuía uma estrutura social rica em solidariedade. No seu papel fundamental preservava e recebia todos os seus membros que enfrentassem situações difíceis. Essa solidariedade fazia face às múltiplas circunstâncias da vida, atendendo às suas necessidades. Acontece o contrário nas sociedades industrializadas e modernas, onde as famílias se desintegram em consequência das grandes transformações sociais.

### **1. A actual situação de transição: persistência de situações antigas e de novas dinâmicas**

Actualmente, a família encontra-se numa situação onde, normalmente, a antiga tradição, orientação e estrutura não desaparecem de todo, mas onde também as novas dinâmicas não estão totalmente presentes, claras e efectivamente influentes. Continua uma situação flutuante na influência entre mudança social e familiar.

Por vezes, parece ser a mudança social a predominar e a modificar a família. Outras vezes, parece o contrário, ou seja, a família que determina, guia e orienta a mudança social.

## **2. Problemática actual e perspectiva para o futuro**

O resultado desta situação é um contínuo agravar da problemática da situação familiar (composição, funções, funcionamento, dinâmica das relações internas, divisão dos papéis e funções dos seus membros, etc.).

Não faltam, todavia, perspectivas e caminhos abertos para o futuro, situações ainda frágeis que se vão consolidando, bem como novas dinâmicas que mostram a sua funcionalidade e eficiência.

Verifica-se, sem dúvida, a presença de dinamismos autónomos, dependentes de leis sociais mais ou menos conhecidas, mas, ao mesmo tempo, continua a existir um empenhamento e um espaço de intervenção da parte de cada um que se considera, em si mesmo, como componente de uma família.

Objectivamente, esta realidade dificulta-nos ainda a compreensão da influência que a família tem na sociedade e vice-versa. Temos dificuldade em saber exactamente aquilo que mudou e o que permanece na família, tornando-se impossível fazer-se futurologia sobre uma questão social tão complexa.

### NOTAS

\* Este artigo reproduz, com algumas alterações, a participação no Concurso do III Congresso Nacional das Instituições de Solidariedade Social (IPSS), em Novembro de 1992, tendo obtido do júri o prémio de Menção Honrosa.

<sup>1</sup> Novos conceitos de família, novas composições e funções, variação nas relações, estabilidade, diferente organização, a saída da mulher de casa para trabalhar fora e ter uma actividade económica, mesmo não sendo uma alternativa ao trabalho de casa, ou participar noutras acções sociais e políticas, foram consequências herdadas da mudança.

<sup>2</sup> Os termos usados são descritivos e referem-se à frequência, insistência, dimensão, ou duração deste ou daquele aspecto, mas no sentido qualitativo. São tirados da realidade e por isso não queremos exprimir qualquer juízo de valor.

<sup>3</sup> Não podemos deixar de fazer referência ao aspecto negativo que por vezes os meios de comunicação exercem no seio familiar. Num trabalho de pesquisa empírica, "A influência da televisão na família", onde tivemos a oportunidade de colaborar, uma das conclusões referia-se ao facto de muitas desavenças aparecerem nos confrontos dos membros da família.

<sup>4</sup> Este é um dos grandes problemas que a família actual enfrenta. Sabe-se quão difíceis os meios e quanto custam para se adquirir uma casa própria ou alugada. A maioria das famílias e sobretudo os jovens sofrem e é muitas vezes um condicionalismo para contraírem matrimónio.

<sup>5</sup> Os diferentes papéis, não só familiares mas também sociais, de que gozam as mulheres em numerosos países industrializados, são dos fenómenos que mais têm contribuído para este acontecimento.

<sup>6</sup> Este conjunto de variáveis são de tipo biológico, psicológico, económico, jurídico, moral social, político e religioso, formam um “facto total”, na linguagem de Marcel Mauss. São estas as forças que manterão a instituição familiar ligada a uma construção social, mas também de solidariedade familiar.

<sup>7</sup> O modelo é importante. Isto porque serve para ajudar à descrição, ao menos em parte, de uma determinada situação concreta que é a família. Sendo uma construção teórica ideal é usado como um método. É claro que este não explica a realidade da família na sua totalidade. Isto verifica-se quando nos propomos verificar um modelo de família numa realidade e numa dada situação e não se insere totalmente nesse modelo. Daí surgirem outros mais adequados à nova realidade, pondo em dificuldade os já existentes, fragilizando e confundindo a família mais debilitada.

<sup>8</sup> Historicamente, onde não há matrimónio também não há família, mas outras formas de convivência. Quando falamos de matrimónio, referimo-nos à forma institucionalizada oficialmente. Sobre a história da família ligada à génese e à composição da família, existe uma ampla bibliografia, sobretudo em inglês, francês, espanhol e italiano. A Sociologia da Família nesses países é uma das cadeiras não dispensada nos cursos de Sociologia.

<sup>9</sup> Este modelo de família, considerado como sendo do passado, apresentava-se com vários núcleos de sangue ou de matrimónio que habitavam juntos num único contexto familiar, caracterizado por uma unidade de lugar e de acção.

<sup>10</sup> Este modelo de família é hoje considerado como o predominante, ao contrário do modelo anterior. É composto por um único núcleo – marido, mulher e filhos –, podendo nalguns casos ter uma pessoa de família, bem como pessoal de serviço doméstico (definição do Instituto Nacional de Estatística).

<sup>11</sup> Embora se verifique um grande aumento de nascimentos fora do casamento, a família continua a ser um meio natural de transmissão da vida. Relacionado com esta questão, temos o fenómeno do aborto que não cabe aqui abordar. Trata-se, contudo, de uma realidade que adquire uma acentuada visibilidade.

<sup>12</sup> Como já mencionámos, a nova situação médica, sanitária e higiénica, coloca a família moderna na condição de satisfazer a função de reprodução com uma média de dois a três filhos, ao contrário da antiga situação com um número médio entre seis e oito filhos.

<sup>13</sup> Para estes autores, o número reduzido de filhos e de outras presenças na família isolam os cônjuges, pelo que a crise entre os dois é a crise da família.

<sup>14</sup> A mulher tem muitas vezes de renunciar à família e à casa, uma vez por questões económicas, outras pela afirmação da sua realização e promoção social.

<sup>15</sup> Isto deve-se sobretudo ao facto de hoje todos os membros da família se encontrarem em muitas situações e em diferentes contactos e com ideias divergentes. Tudo isto se prende com o trabalho, ocupação dos tempos livres ou outros, mas em ambientes que lhes dificultam o modo de ver a vida sentindo-se divididos, o que faz alterar o relacionamento entre os membros. Sabemos quanto é visível na nossa sociedade e em muitas outras de famílias como as dos emigrantes, terem de viver face a culturas diferentes, os filhos em meios não conformes aos princípios que os orientaram na sua família.

<sup>16</sup> Sobre este fenómeno encontra-se ampla bibliografia, sobretudo acerca dos problemas mais graves. Destacamos de toda a bibliografia consultada a de Giorgio Campanini, que faz uma abordagem muito expressiva, sendo, em nosso entender, das mais completas.

<sup>17</sup> Este modo de viver torna-se mais instável se as relações entre os *partners* se complicam e se tornam sobretudo um conflito ou carga, para um ou para outro. Aparece o cansaço e a saturação de tal relação. Se daí deriva uma separação, torna-se problemático, sobretudo para a mulher que não exerce qualquer profissão. Por outro lado, se tem uma certa idade, torna-se-lhe difícil uma nova relação, o que normalmente não acontece com o ex-companheiro.

<sup>18</sup> Na realidade num momento de crise física e espiritual profunda, Cooper constata como a família tem assistido a tal situação. As tendências em questão aparecem ao menos no estado actual marginais, capazes de não durarem no tempo, quer em relação à experiência de cada membro, quer em orientações jurídicas, instrumentais, ou seja, concebidas como forma de matrimónio, prova, que frequentemente persistem ou se dissolvem.

<sup>19</sup> Esta questão é ainda um dos temas por explorar nas Ciências Sociais. Daí que o contributo deste artigo neste ponto apresente apenas ideias ou possíveis pistas marginais, que poderão ser posteriormente desenvolvidas e que poderão ser melhor aferidas com um estudo empírico.

## BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1974a), *La famiglia ieri, oggi e domani*, Roma, Ave.
- AA. VV. (1974b), *La famiglia numa sociedade capitalista avanzata*, Napoli, Guida.
- AA. VV. (1980), *Problemi de vita familiare*, Milano, Vita e Pensiero.
- ALMEIDA, A. N. (1991), *A Fábrica e a Família*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- ALMEIDA, A. N. e GUERREIRO, M. D. (1993), "A família," in: Luís de França (coord.), *Portugal: Valores Europeus, Identidade e Cultura*, Lisboa, I & D, p. 181-219.
- ALMEIDA, A. N. *et al.* (1998), "Relações Familiares: mudança e diversidade", in J. M. L. Viegas e A. Firmino da Costa, *Portugal – Que Modernidade*, Oeiras, Celta, p. 45-78.
- ANSHEN, R. N. (1967), *Famiglia la sua funzione e il suo destino*, Milano, Bompiani.
- ARDIGÓ, A. e PIERPAOLO, D. (1976), *Famiglia e Industrializzazione*, Milano, Franco Angeli.
- BELLENZIER, G. T. (1977), *Donna e famiglia: realtà a confronto*, Roma, Ave.
- BELTRÃO, P. C. (1989), *Sociologia della famiglia contemporanea*, Roma, PUG.
- BULGALASSI, S. (1974), *Sociologia della famiglia*, Roma, Paoline.
- CAMPANINI, G. (1970), *Comunità familiare e società civile*, Brescia, La Scuola.
- CAMPANINI, G. (1989), *Realtà e problemi della famiglia contemporanea. Compendio della sociologia della famiglia*, Milano, Paoline.
- COOPER, D. (1972), *La morte della famiglia*, Torino, Einaudi.
- CRUZ, M. B. da (1996), "Transformações Sociais da Família," in *Brotéria*, Vol. 143, nº 1, p. 92-96.
- DONATI, P. (1978), *Sociologia della famiglia*, Roma, Cooperativa Libreria Universitaria.

- FERNANDES, A. T. (1994), “Relações familiares, transformações demográficas e solidariedades intergeracionais”, in *Forum Sociológico*, nº 4, p. 45-58.
- FERNANDES, A. T. (1994), “Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos”, in *Análise Social*, nº 129, p. 1149-1191.
- FRANCESCATI, G. (1974), *Famiglia aperte: la comune*, Milano, Feltrinelli.
- GIDDENS, A. (1996), *Transformações da intimidade*, Oeiras, Celta.
- GONÇALVES, R. L. (1990), “As mudanças sociais da mudança na família: espaço insular e mudança sociocultural”, in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na viragem do século*, Actas do I Congresso Português de Sociologia, vol. I, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia/Fragmentos, p. 217-244..
- GOOD, W. J. (1973), *World Revolution and Family Patterns*, New York, The Press of Glencoe.
- LESLIE, G. R. (1967), *Family in Social Context*, New York.
- LOBO, C. (1995), “Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar,” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 18, Lisboa, ISCTE, p. 69-95.
- MARTINO, A. D. e MANENTI, A. (1981), *Vivere in due e più . Aspetti sociologici e psicologici*, Roma, Paoline.
- MICHEL, A. (1960), “Fontions et structure de la famille”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, nº 28, p. 113-135.
- MOORE, W. E. (1967), *Social Change*, Englewood, Prentice Hall.
- MURDOCK, G. P. (1949), *Social Structure*, New York, MacMillan.
- PARSONS, T. e BALES, R. F. (1974), *Famiglia e socializzazione*, Milano, Mondadori.
- ROUSSEL, L. e BOURGUIGNON, Q. (1978), *Générations nouvelles et mariage traditionnelle*, Paris, Press Universitaires.
- SANDRE, P. (1972), *Famiglia nella società tra ieri e domani*, Roma, Ave.
- SARACENO C. (1976), *Anatomia della famiglia*, Bari, De Donato.
- SILVA, A. da (1986), “Permanência e mudança da família na sociedade de hoje”, *Communio*, Ano II, nº 6 Nov./Dez., p. 485-494.
- TORRES, A. C. (1989), “Mulheres divorciadas: um contributo para o estudo dos processos de mudança na família”, in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na viragem do século*, Actas do I Congresso de Sociologia, vol. I, Lisboa, APS/Fragmentos, p. 333-349.
- TORRES, A. C. (1996), *Divórcio em Portugal*, Oeiras, Celta.
- VICENTE, A. (1998), *As mulheres em Portugal na transição do milénio*, Lisboa, Multinova.
- WALL, K. (1998), *Famílias no campo. Passado e Presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, D. Quixote.